



**ATA DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES DA EMPRESA
PETROPÁTRIA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
(2ª CONVOCAÇÃO - PROSSEGUIMENTO)**

**Recuperação Judicial nº 009/1.18.0004208-8 – 2ª Vara
Cível da Comarca de Carazinho - RS.**

Aos vinte e dois (22) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte (2020), na sede da OAB localizada na Rua Bento Gonçalves, nº 353, Centro (CEP 99500-00), em Carazinho - RS, a Administração Judicial nomeada e compromissada nos autos da Recuperação Judicial nº 009/1.18.0004208-8, requerida pela sociedade empresária Petropátria Comércio de Combustíveis Ltda., perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Carazinho - RS, declarou encerrada a lista de presenças às 14h35min, a qual passa a fazer parte integrante desta ata.

Na condição de presidente, o representante da Administração Judicial, advogado Rafael Brizola Marques, declarou reabertos os trabalhos da segunda convocação iniciada em 11/12/2019, tendo como ordem do dia a deliberação sobre o plano de recuperação apresentado pela Recuperanda, conforme edital publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 24/07/2019 e no Jornal Correio do Povo de 14/10/2019.

Foi convidada a Dra. Juliana Pinzon OAB/RS 96.637, procuradora do Bannrisul como secretária, a quem incumbe a lavratura da ata. A Recuperanda está representada neste ato pelas Dras. Juliana Della Valle Biolchi (OAB/RS nº 42.751) e Nessandra Marcondes de Quadros (OAB/RS nº 108.386).

Por se tratar de prosseguimento da segunda convocação, apenas os credores presentes quando da instalação da assembleia é que possuem direito a voto. Nesse sentido, estão aptos a votar 99,7% dos créditos da classe I, 100% dos créditos da classe II, 83,27% dos créditos da classe III e 90,89% dos créditos da classe IV.

Com a palavra, o Administrador Judicial saudou os presentes, fez considerações sobre a assembleia.

De imediato, foi passada a palavra à representante da Recuperanda que apresentou alterações ao Plano de Recuperação, cujo conteúdo vai anexo à ata. A Representante ressaltou ainda que a versão consolidada do Plano será apresentada nos autos pela Recuperanda, no prazo de 15 dias independentemente do resultado da Assembleia.

Após, foi oportunizado aos credores fazerem uso da palavra, ressalvado pelo Administrador Judicial que as manifestações devem se ater às formalidades do processo de recuperação judicial.

O Banco do Brasil solicitou consignar em ata a seguinte ressalva: "O Banco do Brasil S.A. discorda de qualquer tipo de novação das dívidas e extinção da exigibilidade dos créditos perante os

- 1 -

Porto Alegre
Av. Ipiranga, 40 | 1510 - Trend Offices
Praia de Belas - 90160-090
51 3307.2166

Passo Fundo
Rua Independência, 800
4º andar - 99010-041
54 3311.1428 - 54 3311.1231

São Paulo
Rua XV de Novembro, 200
1º andar - Centro - 01013-000
11 3181.8778 - 11 98059.9969

Florianópolis
Rua Rafael Bandeira, 326
Centro - CEP 88015-450
(48) 3398.0000

contato@preservacaodeempresas.com.br • preservacaodeempresas.com.br

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



coobrigados/fiadores/avalistas, conforme previsto no art. 49, § 1.º, da lei 11.101/2005 - A alienação de ativos da recuperanda deve ser efetuada na forma do art. 142, inciso I, da Lei 11.101/2005, sendo que o Banco do Brasil S.A. se reserva o direito de não anuir em provável alienação de bens imóveis gravados com hipoteca em seu favor, conforme previsto no art. 50, § 1.º, da Lei 11.101/2005; - Na contabilização das operações incidirá IOF, na forma da legislação vigente."

O Banrisul solicitou que constasse em ata a seguinte ressalva: "Não obstante a manifestação proferida nesta Assembleia-Geral de Credores, independentemente do seu resultado, não implicam, de qualquer forma, em renúncia à Garantias originalmente constituídas, sejam elas, mas não se limitando às: garantias reais (hipoteca, penhor e/ou anticrese), fiduciária (alienação e/ou cessão) ou fidejussória (aval e/ou fiança), em plena conformidade com o art. 49, §§ 1º e 3º e 50 §1º, ambos da Lei 11.101/05, resguardando-se ao credor o direito de perseguir seu crédito contra coobrigados, executando as garantias e ou tomando quaisquer outras medidas satisfativas previstas em Lei."

A pedido do Dr. Maurício Rabuske, credor classe I e procurador do credor da classe II, foram listados os credores presentes em assembleia.

O procurador do Credor Mário Bordignon propôs retirar o deságio constante na condição de pagamento prevista para a classe II como condição para aprovação do Plano. Posteriormente, voltou atrás por ordem do seu constituinte. Acrescentou que o plano apresentado não possui liquidez, não preservará a empresa e é inviável. Por fim, alega que a venda do imóvel representa a exclusão da garantia. Em tempo, alega que a queda no faturamento da Recuperanda se deu em função da transferência do estabelecimento principal, localizado na Avenida Pátria, em 2017 quando já se encontrava insolvente, o que caracterizaria a hipótese do art. 94, III, "c" e "d" da Lei 11.101/05. Afirma que esses fatos acarretaram prejuízo à empresa. Menciona ainda que não concorda com a venda, nem com qualquer forma de alienação, nem mesmo leilão aos credores.

A Recuperanda esclareceu que a novação decorrente da aprovação preserva a garantia real. Em resposta ao Credor Mario Bordignon foi dito que o plano é viável, conforme os resultados já apresentados pela empresa no curso do processo; que com as alterações na gestão retomou sua capacidade na geração de caixa. No que pertine à alegação de suposta prática de ato de falência a Recuperanda consigna que a reunião é convocada com a pauta exclusiva de deliberação do plano nos termos legais e que qualquer discussão no sentido apontado deverá ser feita pelas vias processuais adequadas, conforme entendimento do TJRS e do STJ, especialmente porque se trata de ato supostamente praticado antes do pedido de Recuperação Judicial, preservando-se o direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa por parte da Recuperanda. Qualquer aprofundamento no tema neste ato significaria tumulto desnecessário ao mesmo.

- 2 -

Porto Alegre
Av. Ipiranga, 40 | 1510 - Trend Offices
Praia de Belas - 90160-090
51 3307.2166

Passo Fundo
Rua Independência, 800
4º andar - 99010-041
54 3311.1428 - 54 3311.1231

São Paulo
Rua XV de Novembro, 200
1º andar - Centro - 01013-000
11 3181.8778 - 11 98059.9969

Florianópolis
Rua Rafael Bandeira, 328
Centro - CEP 88015-450
(48) 3398.0088



A Caixa Econômica Federal deseja consignar suas ressalvas, as quais acompanham a presente ata. Por oportuno, esta credora não assinou a lista de presença em função de que o seu preposto não se encontra corretamente cadastrado, segundo os dispositivos da lei de regência.

Passada à votação do plano, esta se deu separada por classes, com cada credor exercendo seu direito de voto individualmente, através das cédulas de votação disponibilizadas.

O representante do Banco do Brasil, credor da classe III, desejou constar em ata que votou favoravelmente à aprovação do plano e que opta pela "opção A".

Encerrada a votação, eis o resultado apurado: na classe I, dois credores ou 66,67% dos presentes votaram pela aprovação e um credor ou 33,33% dos presentes votou pela rejeição do plano; na classe II, o único credor que representa 100% dos créditos votou pela rejeição; na classe III, dois credores ou 50% dos presentes, que representam 74,58% dos créditos votaram pela aprovação, enquanto dois credores ou 50% dos presentes, que representam 25,42% dos créditos votaram pela rejeição do plano; na classe IV, o único credor presente (100%) votou pela aprovação do plano.

Registra-se, por oportuno, que do total de créditos votantes, independentemente de classe, 53,48% votaram pela aprovação e 46,52% votaram pela rejeição.

- 3 -

Diante disso, seguindo os critérios do art. 45, da Lei nº 11.101/2005, o plano foi rejeitado.

A representante da Recuperanda solicita que seja consignado em ata a aprovação do plano nas classes I, III e IV, bem como o atendimento aos requisitos para o *cram down*, previstos no art. 58, §1º da LRF.

Com a palavra, o representante da Administração Judicial agradeceu a presença dos credores e encerrou os trabalhos.

Após a redação da presente ata, informou-se aos credores que a mesma estará disponível em até 48 horas no site www.preservacaodeempresas.com.br. Foi a mesma lida e aprovada por unanimidade dos presentes, a qual vai assinada pelo Presidente, pela secretária, pelo representante da Recuperanda e por dois membros de cada classe de credores presentes.

Rafael Brizola Marques
Administração Judicial
Presidente da Assembleia

Júliani Pizoni
Secretária

Porto Alegre
Av. Ipiranga, 40 | 1519 - Trend Offices
Praia de Belas - 90160-090
51 3307.2166

Paço Fundo
Rua Independência, 800 |
4º andar - 99010-041
54 3311.1428 - 54 3311.1231

São Paulo
Rua XV de Novembro, 200
1º andar - Centro - 01013-000
11 3181.8778 - 11 98059.9969

Florianópolis
Rua Rafael Bandeira, 328
Centro - CEP 88015-450
(48) 3398.0008


BRIZOLA E JAPUR

Administração Judicial



Juliana Della Valle Biolchi (OAB/RS nº 42.751)
Representante da Recuperanda

Membros Classe I


Alexandre Feiten

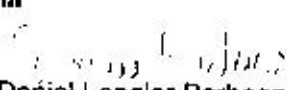

José Maurício Rabuske

Membros Classe II


Mário Bordignon

Membros Classe III


Leonardo Blum da Silva
Banco do Brasil S.A.


Daniel Lengler Barbosa
Banco do Estado do Rio Grande do
Sul S.A.

- 4 -

Membros Classe IV


Italo Rodrigo Kirchheim
Servitec Serviços Técnicos
Contábeis Ltda.

Porto Alegre
Av. Ipiranga, 40 | 1510 - Trend Offices
Praça de Belas - 90160-090
51 3307.2166

Passo Fundo
Rua Independência, 800 |
4º andar - 99010-041
54 3311.1426 - 54 3311.1231

São Paulo
Rua XV de Novembro, 200
1º andar - Centro - 01013-000
11 3181 8778 - 11 98059.9969

Florianópolis
Rua Rafael Bandeira, 328
Centro - CEP 88015-450
(48) 3394 0008

contato@preservacaodeempresas.com.br - preservacaodeempresas.com.br